

## CONSTRUINDO PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA EQUIDADE DE GÊNERO E SUAS INTERSECÇÕES: FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS/ES

*Building educational practices for gender equity and their intersections: continuing training  
of teachers*

*Construyendo prácticas educativas para la equidad de género y sus intersecciones: formación  
continua de profesores*

Lilian Silva de Sales \*  
Franciane Mendonça de Souza \*\*  
Alanaelma Bezerra Sousa \*\*\*

---

<https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2021.v3i3n7.991-1004>

---

### Resumo

O presente trabalho é um relato da experiência sobre um projeto de extensão universitária desenvolvido ao longo de dois anos – 2018 a 2019 – no município de Castanhal (PA), através de uma parceria de Universidade Federal do Pará e a Secretaria Municipal de Educação. O projeto *Construindo Práticas Educativas para Equidade de Gênero*, aprovado nos editais UFPA/PROEX/PIBEX 2018 e 2019, objetivava a formação continuada de professoras/es, e se dirigia às/aos coordenadoras/es pedagógicas/as que atuavam na rede de ensino com turmas de 6º a 9º ano do ensino fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, da Secretaria Municipal de Educação do Município de Castanhal. Pesquisas no campo de gênero (SALES, 2016; PAZ, 2014; GRÖSZ, 2008) indicam que um dos obstáculos à efetivação do trabalho com gênero nas escolas deve-se a ausência de debates com a temática nos currículos de formação inicial e continuada. Como metodologia, o trabalho utilizou o levantamento bibliográfico, a pesquisa documental nos relatórios apresentados a UFPA/PROEX/PIBEX e a observação participante nas atividades de formação. Como resultados, apresentaremos as atividades que produzidas como culminância do processo de formação continuada.

**Palavras-chave:** Gênero; Formação de Professoras/es; Educação para Equidade.

## CONSTRUINDO PRÁTICAS EDUCATIVAS para equidade de gênero e suas intersecções: formação continuada de professoras/es

### Abstract

The present work is an account of the experience on a university extension project developed over two years – 2018 to 2019 – in the Municipality of Castanhal (PA), through a partnership of the Federal University of Pará and the Municipal Department of Education. The project *Building Educational Practices for Gender Equity*, approved in the UFPA/PROEX/PIBEX 2018 and 2019 public notices, aimed at continuing education of teachers, and addressed to the pedagogical coordinators/es who worked in the teaching network with classes from 6th to 9th grade of elementary school and in the Education of Youth and Adults, of the Municipal Department of Education of the Municipality of Castanhal. Research in the field of gender (SALES, 2016; PAZ, 2014; GRÖSZ, 2008) indicates that one of the obstacles to the realization of work with gender in schools due to the absence of debates with the theme in the initial and continuing education curricula. As a methodology, the work used a bibliographic survey, documental research in the reports presented to UFPA/PROEX/PIBEX and participant observation in training activities. As a result, we will present the activities that were produced as a culmination of the continuing education process.

**Keywords:** Gender; Teacher Training; Equity Education.

### Resumen

El presente trabajo es un relato de la experiencia en un proyecto de extensión universitaria desarrollado durante dos años, de 2018 a 2019, en el municipio de Castanhal (PA), a través de una asociación de la Universidad Federal de Pará y el Departamento Municipal de Educación. El proyecto Construyendo Prácticas Educativas para la Equidad de Género, aprobado en las convocatorias UFPA/PROEX/PIBEX 2018 y 2019, dirigido a la formación continua de docentes, y dirigido a los coordinadores pedagógicos que trabajaron en la red docente con clases de 6° a 9° grado de primaria y en la Educación de Jóvenes y Adultos, del Departamento Municipal de Educación del Municipio de Castanhal. Investigación en el campo del género (SALES, 2016; PAZ, 2014; GRÖSZ, 2008) indican que uno de los obstáculos para la implementación del trabajo de género en las escuelas se debe a la ausencia de debates sobre el tema en los planes de estudio de la educación inicial y continua. Como metodología, el estudio utilizó la encuesta bibliográfica, la investigación documental en los informes presentados a la UFPA/PROEX/PIBEX y observación participante en actividades de capacitación. Como resultado, presentaremos las actividades que se produjeron como culminación del proceso de educación continua.

**Palabras clave:** Género; Formación de profesores; Educación para la equidad.

---

### Introdução

O presente texto tem como objetivo compartilhar a experiência de formação continuada de professoras/es desenvolvida através do projeto de extensão universitária denominado Construindo Práticas Educativas para Equidade de Gênero e suas intersecções: formação continuada de professoras/es.

O referido projeto de extensão, apresentado aos editais UFPA/PROEX/PIBEX nos anos de 2018 e 2019, teve como objetivo propiciar experiências de formação continuada no campo dos estudos de gênero e feminismos para os/as coordenadoras/es

pedagógicas/os que atuam em EJA e do sexto ao nono ano do ensino fundamental, a fim de que pudessem orientar o trabalho pedagógico de professoras/es e alunas/os nos espaços escolares os quais estas/es atuam. Para tanto, além dos encontros para estudos e discussões, esses também objetivavam construir estratégias de atuação e materiais pedagógicos para efetivação do debate de gênero e as intersecções com raça e sexualidade no espaço da escola.

O foco na educação escolar se deu por entendermos que a escola é uma das instituições sociais na qual se produz e reproduz a educação capaz de construir um projeto de sociedade. Não é à toa que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB no.9394 de 1996), inspirada na Constituição de 1988, conhecida como constituição cidadã, estabelece logo em seu art 3º, os princípios que regerão a educação escolar no país:

- I** - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II** - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III** - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV** - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V** - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI** - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII** - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII** - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX** - garantia de padrão de qualidade;
- X** - valorização da experiência extra-escolar;
- XI** - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII** - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII** - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018). (BRASIL, 1996, pg. 7-8).

Considerando esses princípios para a Educação Nacional, podemos identificar a necessidade de considerar a igualdade no acesso e a permanência na escola como direito garantido pela lei, além disso a consideração da diversidade etnicorracial presente na nossa sociedade e no espaço escolar para a efetivação de uma educação de qualidade.

Nesse contexto de direitos educacionais e de cidadania, se faz necessário uma formação de professores, independente da área de atuação, que possa encaminhar o debate sobre a diferença e equidade para que esses princípios possam se efetivar no cotidiano da

escola.

Uma formação inicial e continuada de professoras/es precisa garantir a construção de competência técnica e compromisso político para a implementação de currículo escolar que valorize a diversidade e promova o respeito à diferença de gênero, sexual e étnicorracial.

Porém, mesmo considerando a formação inicial e continuada como um instrumento importante para garantir a implementação de um currículo que valorize a diversidade e o respeito às diferenças, pesquisas no campo de gênero (SALES, 2016; PAZ, 2014; GRÖSZ, 2008) indicam que entre os obstáculos à efetivação do trabalho com gênero nas escolas estão a ausência ou a insipiência de experiências formativas com a temática nos currículos de formação inicial e continuada.

Nesse sentido, fomentar projetos de extensão universitária que abordem as temáticas de gênero e intersecções com raça e sexualidade se constitui numa dupla oportunidade formativa, para alunas/a/os da graduação que atuam como bolsistas nos projetos e para profissionais da educação que tem a possibilidade de acessar a referida temática ou aperfeiçoar-se em novas abordagens do tema.

### **A formação continuada de professoras e professores e as lacunas no que tange a abordagem de gênero e intersecções**

Em pesquisa de doutorado<sup>1</sup> defendida no ano de 2016, foram analisados os relatos da experiência de 123 professoras/es, expressos através de documento de avaliação do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), do qual estas/es docentes participaram e de questionário aplicado ao longo do período de coleta de dados. Nesse trabalho de pesquisa, essas/es docentes da grande região metropolitana de Belém (Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides) e do município de Castanhal indicaram a presença de vários obstáculos ao trabalho pedagógico com a temática da igualdade de gênero, racial e o respeito à diversidade sexual.

Algumas/uns das/os professoras/es se referem, de maneira significativa, que as discriminações e o preconceito existente no espaço escolar onde atuam, constituem as dificuldades encontradas para incluírem o debate sobre gênero e raça nas escolas. Porém, apesar de indicarem o preconceito como o problema eminente, há dificuldade em identificar a que tipo de preconceito elas/es se referem e isso reforça a compreensão de

---

<sup>1</sup>SALES, L. *Experiências de Professoras/es “Em Formação” e articulações de Gênero e Raça nas Escolas Públicas da Região Metropolitana de Belém*. 211 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA, Universidade Federal do Pará, Belém- PA, 2016.

que há ainda fortemente enraizado um discurso do senso comum ao falar de preconceito, como algo generalizável, sem definir exatamente a que tipo de preconceito se refere e que tem contornos bem definidos, em que tudo ganha a mesma denominação, ao ‘engolir’ suas especificidades (SALES, 2016).

O fato de não terem uma compreensão aprofundada sobre o problema estrutural da desigualdade de gênero, racial e sexual que se faz presente nas escolas, expresso pela identificação genérica do preconceito sem se reportar, no entanto, aos substratos estruturais produtores de desigualdades específicas e diferentes, se reverte, conseqüentemente, na dificuldade dessas/es para identificarem nas ações cotidianas o que se refere ao âmbito das percepções individuais e o que está relacionado a um problema estrutural de desigualdade existente no país.

Guimarães (1995), ao se reportar a agenda antirracista ocidental, importada dos Estados Unidos para outras sociedades, como a brasileira, fornece uma análise para que se entenda como a utilização desse modelo no trato das relações raciais no Brasil, limita e invisibiliza o grave problema da desigualdade racial no nosso país.

Diferenciando "preconceito" de "discriminação", à maneira do que faziam os norte-americanos, e colocando o primeiro no reino privado do arbítrio individual, negando-lhe, portanto, uma dimensão propriamente social, o antirracismo erudito de então operou muitas vezes, de fato, funcionalmente, como um esforço ideológico de obscurecer o verdadeiro racismo nacional. (GUIMARÃES, 1995, p.28).

Mas a presença de diversos preconceitos institucionalizados nas escolas, trazidos como pauta pelos comentários de professoras e professores, mostra que a prática pedagógica não é neutra, mas, como disse Paulo Freire (1979), é uma ação política, encerrando, portanto, uma tomada de posição sobre a realidade.

Há também indicação nos relatos referidos de uma resistência por parte das famílias e das/os funcionárias/os das escolas para que as assimetrias de gênero possam ser debatidas e superadas nas experiências pedagógicas, há o fato da grande influência das religiões de matriz cristã, presentes no cotidiano das escolas. Esse poder de “resistência”, do modelo ao debate sobre gênero, aumenta na medida em que as experiências pedagógicas ocorrem no interior de escolas ligadas a instituições religiosas (SALES, 2016).

Essa resistência também ficou evidente quando propusemos a realização da primeira versão do projeto de extensão Construindo Práticas Educativas para Equidade de Gênero e suas intersecções: formação continuada de professoras/es, foco deste texto,

o qual foi inicialmente idealizado para ser realizado em Escola Municipal de Castanhal, como projeto piloto.

Antes de apresentarmos o projeto à Secretaria Municipal de Educação, nossa intenção era desenvolvê-lo como projeto piloto em uma escola municipal de Castanhal, mas tentamos, por três vezes agendar reunião com a direção da escola para efetivação do cronograma, mas não tivemos sucesso.

Também vivenciamos, a partir do contato com algumas/ns docentes dessa escola, a dificuldade em entenderem as distinções de gênero como parte da cultura e das relações sociais. A fala de um professor de matemática com quem argumentávamos numa reunião para expor o projeto, evidencia essa dificuldade: “Eu não tenho preconceito com a opção sexual de ninguém, mas acho estranha essa coisa, porque homem é homem, mulher é mulher”.

Em conversa com a professora de educação física dessa escola, ficamos sabendo que há, como prática rotineira no cotidiano escolar, uma ritualística cristã muito estimulada pela direção, pois a diretora é evangélica. Mas essa presença marcante de uma ritualística cristã, não é exclusividade da escola municipal de castanhal, foi apontada também durante a pesquisa com as/os docentes que participaram do curso GDE entrevistadas/os em 2016, já citada anteriormente. Essa prática além de ameaçar a laicidade que é garantida constitucionalmente, impõe valores e comportamentos baseados em modelos cristãos para professoras/es, alunas/os e demais pessoas que fazem parte da comunidade escolar, como catequese e tem se constituído num obstáculo a construção de um currículo que mais inclusivo para o debate de gênero, sexualidade e raça. (SALES, 2016).

Compreendemos que a presença tão marcante do catolicismo ou de qualquer religião de matriz cristã em instituições que devem manter legalmente o seu caráter laico nesse assunto, se constitui em expressão de valorização do que alguns autores chamam de branquitude (WARE, 2004; D’ ÁVILA, 2006; FRANKENBERG, 2004).

Do mesmo modo, percebemos tal valorização, na medida em que não se abre espaço para os conhecimentos das religiões de matriz africana na escola ou se inferioriza esses conhecimentos, dando-lhes um tratamento folclorizado de alto cunho discriminatório, destituindo-lhe de seu significado histórico, social e cultural (SALES,2016).

As/Os professoras/es ainda indicaram a ausência ou a superficialidade quando se refere aos estudos de gênero e feministas nos currículos que formam professoras/es licenciadas/os e pedagogas/os, fato que compromete o trabalho pedagógico,

considerando-se as dimensões de aprendizagem, do ensino, da avaliação e das relações humanas que se efetivam no interior das escolas (SALES, 2016).

Apesar do debate sobre as temáticas de gênero e raça na formação universitária ser imprescindível para a formação de uma consciência de convivência e respeito às diferenças nas escolas mencionadas pelas/os professoras/es, acreditamos que a mudança de postura dos sujeitos em relação as/aos outras/os e ao mundo depende de um processo que envolve outras experiências formativas, principalmente aquelas que possibilitam articulação com a própria experiência de cada um.

O debate sobre gênero e raça precisa atingir, não somente a prática pedagógica de professoras/es, mas também as diferentes naturezas de trabalho pedagógico (gestão, supervisão e orientação escolar). Há necessidade, ainda, de que essas formações privilegiem a relação teoria e prática e que esses profissionais da educação possam trazer para o debate suas experiências pedagógicas como base para a construção de novos fazeres pedagógicos.

A possibilidade de considerar a experiência das pessoas e dos diferentes grupos, como base fundamental da produção de conhecimento, possibilita entender com maior amplitude as diferentes dimensões da vida em sociedade e dos lugares de opressão e de privilégio que os sujeitos ocupam no contexto das relações sociais.

### **Construindo práticas educativas para equidade de gênero e intersecções**

No ano de 2018, respondendo a um edital Pibex da Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará, apresentamos a primeira versão do projeto Construindo Práticas Educativas para Equidade de Gênero e suas intersecções: formação continuada de professoras/es.

Como já citado, o objetivo principal era propiciar experiências de formação continuada no campo dos estudos de gênero e feminismos para professoras/es de uma Escola Municipal de Castanhal, numa experiência piloto para posterior ampliação para outras unidades de ensino. Mas, como já relatado, houve resistência por parte da direção da escola em abrir o espaço para a efetivação do referido projeto.

Em virtude da recusa por parte da direção da escola, procuramos a Secretaria Municipal de Educação de Castanhal (SEMED) para apresentarmos o projeto (foto 1), a qual acolheu a iniciativa através do Núcleo de Relações Etnicorraciais e Diversidade e da equipe de assessoria técnico pedagógica da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

**Foto 1 – Encontro de Formação - maio 2018**



Fonte: Foto de Alanaelma Bezerra Sousa feita do aparelho celular.

A partir daí organizamos uma série de encontros de formação com as/os coordenadoras/es pedagógicas/os que atuam na EJA, tendo como pauta o estudo de artigos, aulas e rodas de conversa com a temática de gênero, sexualidade e relações etnicorraciais. Os encontros se deram ao longo do ano de 2018 e, com a avaliação positiva do projeto pelas/os educadoras/es, as/os quais indicaram sugestões para alterações, se estenderam por 2019 com a reapresentação do projeto ao edital Pibex 2019.

A metodologia utilizada na execução do projeto é inspirada pelas “comunidades de sala de aula” de bell hooks (2013), que são grupos de estudo e formação nos quais são articulados discussão teórica e prática, valorizando a experiência daquelas/es que participam da comunidade através do lugar de fala, também permite interseccionar gênero com outros marcadores sociais da diferença como raça, sexualidade, idade, classe. Essa propicia refletir gênero e suas intersecções sem que a/o educadora/o precise dispersar-se do conteúdo de sua disciplina, mas tratá-lo a partir de uma abordagem generada, sexualizada e racializada.

### **Costurando possibilidades para valorizar as diferenças e desconstruir desigualdades**

Acreditamos, como o educador Paulo Freire, que a educação escolar sozinha não tem o poder de mudar a sociedade, mas sem o trabalho da escola essa mudança não é possível. Com esse espírito, investimos nosso tempo, nossa formação e nossa práxis para forjar, junto a outras/os educadoras/es a escola possível para todas/os.

Nossa primeira construção, foi aglutinar uma equipe de coordenadoras/es pedagógicas/os que atenderam ao nosso convite e uma vez ao mês dedicaram-se ao estudo cuidadoso da nossa estrutura social excludente no que se refere ao diferente (foto 2).

**Foto 2 – Encontro de Formação - junho 2018**



Fonte: Foto de Alanaelma Bezerra Sousa feita do aparelho celular, junho de 2018.

Permitiram-se a análise de suas próprias práticas pedagógicas considerando a ótica de gênero, da sexualidade e da raça. Esse mergulho sensibilizou o grupo de educadoras/es para situações que antes não conseguiam perceber no âmbito da escola, situações evidenciadas nas histórias cotidianas que traziam a cada encontro e que eram suscitados com o estudo, as aulas e as rodas de conversas (foto 3).

**Foto 3 – Encontro de Formação – abril 2019**



Fonte: Foto de Franciane Souza tirada com aparelho celular.

## CONSTRUINDO PRÁTICAS EDUCATIVAS para equidade de gênero e suas intersecções: formação continuada de professoras/es

Os encontros também possibilitaram constatar a natureza transversal da temática de gênero, sexualidade e raça no currículo, visto que trouxemos experiências possíveis considerando o conteúdo de algumas áreas do conhecimento, como matemática, língua portuguesa, educação física, arte, preservando os conteúdos específicos de cada área e dando-lhe uma abordagem de gênero, sexualidade e raça. A percepção das/os educadoras/es para essa questão, desconstruiu em parte a resistência ao trabalho pedagógico com as temáticas (foto 4).

**Foto 4 – Encontro de Formação – abril 2019**



Fonte: Foto de Franciane Souza tirada com aparelho celular.

Também foram construídos os planos de ação interdisciplinares para intervenção pedagógica na escola, os quais foram organizados considerando as realidades de cada escola onde atuam as/os coordenadoras/es pedagógicas/os da EJA. Estes planos de ação foram produzidos em setembro de 2019, na última reunião de formação, com a orientação da coordenação do projeto. O exercício de construção do plano de ação pelas/os coordenadoras/es pedagógicas/os, se constituiu em um desafio importante, na medida em que essas/es educadoras/es, de forma inédita, segundo o que relataram, planejaram ações tendo como eixo o debate de gênero, sexualidade e raça.

Em virtude de limitações infra estruturais da equipe do projeto de extensão, não podemos acompanhar a efetivação dos planos de ação de todas/os as/os coordenadoras/es pedagógicas/os, mas estivemos presentes em dois eventos que marcaram a culminância de dois desses planos de ação com alunas/os da EJA –o da Escola Municipal Graziela Gabriel (foto 5) e da Escola Municipal José João (foto 6).

**Foto 5 - Encontro de Formação – dezembro 2019**



Fonte: Foto 5 de Lilian Silva de Sales com aparelho celular.

**Foto 6 - Encontro de Formação – dezembro 2019**



Fonte: Foto 6 de Lilian Silva de Sales com aparelho celular.

### **Considerações finais**

A extensão universitária compõe, juntamente com o ensino e a pesquisa, o tripé de sustentação do trabalho de uma universidade. Com a extensão as universidades (re) afirmam o seu compromisso com a comunidade de entorno e com a sociedade em geral, promovendo ações nas quais as/os estudantes serão envolvidas/os em trabalho direto com a comunidade externa à universidade, aprendendo e ensinado no convívio compartilhado, formas de atuação profissional fundamentadas nas práxis.

Do ponto de vista da formação inicial, o acesso ao debate de gênero e suas intersecções com raça e sexualidade no currículo significa um avanço necessário em direção a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e igualitárias, livre de estereótipos de gênero, raça e sexualidade. A possibilidade de vivenciar no campo de atuação, através da extensão universitária, as dificuldades e, principalmente as possibilidades que as/os trabalhadoras/es da educação constroem para desenvolver um trabalho de qualidade e para todas/os, inclusive superando seus próprios preconceitos acerca dos modos de ser e viver não hegemônicos.

A experiência com o projeto de extensão tendo como eixo o debate de gênero, sexualidade e raça, nos ensina que as barreiras para vencermos o machismo, a homofobia e o racismo presentes no espaço escolar, são concretas e reconhecidas pelas/os educadores. Muitos indicam a ausência desse debate nas suas experiências de formação inicial, como um grande empecilho para implementação dessa discussão.

Percebemos na nossa própria experiência com a implantação do projeto, como a violação do direito a uma educação laica pode limitar as experiências educativas de alunas/os na escola. A opção religiosa de uma/um educadora/or, considerando seu lugar na hierarquia escolar, pode influenciar no acesso ou não a certos conhecimentos e experiências pedagógicas.

No que tange a formação continuada, o trabalho desenvolvido pela extensão universitária, representa uma excelente oportunidade para compartilhar e trocar experiências de conhecimento entre universidades e campo de atuação, uma cooperação profissional para ampliar e aperfeiçoar as/os trabalhadoras/es de educação, melhorando os serviços que são oferecidos pelas escolas públicas, ampliar e qualificar currículos no sentido de torna-los mais inclusivos e representativos das diversidades presentes na sociedade.

Por último, destacamos que, à revelia de todos os obstáculos que encontramos pelo caminho para o desenvolvimento desse projeto, o desejo de torná-lo possível se constitui na esperança que temos – nós todas/os que participamos dele – de que nenhuma/um aluna/o que está sob nossa responsabilidade na escola seja excluído do acesso à educação, que todas/os possam sentir-se acolhidas/os e respeitadas/os no espaço escolar.

Aprendemos que uma outra educação é possível.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *LDB – Lei 9394/1996 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

D'ÁVILA, J. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. Tradução de Cláudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FRANKENBERG, R. A Miragem de Uma Branquidade Não Marcada. In: FRANKENBERG, R. (Org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 307-338.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUIMARÃES, A.S.A. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. **Novos Estudos**, n. 43, p. 26-44, nov.1995.

GRÖSZ, D. M. *Representações de gênero no cotidiano de professoras e professores*. 2008. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Políticas Públicas e Gestão na Educação da UnB, Universidade de Brasília, Brasília.

hooks, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

SALES, L. *Experiências de Professoras/es “Em Formação” e articulações de Gênero e Raça nas Escolas Públicas da Região Metropolitana de Belém – 2016*. 211 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA, Universidade Federal do Pará, Belém- PA.

WARE, V. O poder duradouro da branquidade: “um problema a solucionar”. In: WARE, V. (Org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 30-52.

\*\*\*

Recebido em: 11 fev. 2021.  
Aprovado em: 06 out. 2021.

**Lilian Silva de Sales** é licenciada em Educação Física pela Fundação Educacional do Estado do Pará (1992) e em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA, 1997), com Mestrado em Antropologia (2002) e doutorado em Ciências Sociais – Antropologia, ambos pela UFPA (2016). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação física, corpo, gênero e infância.

E-mail: [liliansales@ufpa.br](mailto:liliansales@ufpa.br)

CONSTRUINDO PRÁTICAS EDUCATIVAS para equidade de gênero e suas intersecções:  
formação continuada de professoras/es

**Franciane Mendonça de Souza** possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2021). Foi bolsista em diversos projetos de extensão: Círculo de Leituras Feministas; JARDIM DO NEAB: Canteiro Afro-brasileiro no Campus Universitário de Castanhal (PIBEX/PROEXT/UFPA); Construindo Práticas Educativas Para a Equidade de Gênero e suas intersecções: formação continuada de professoras/es.

e-mail: [franmendsou@outlook.com](mailto:franmendsou@outlook.com)

**Alanaelma Bezerra Sousa** é professora da Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria do Pará.

E-mail: [alanaelma@gmail.com](mailto:alanaelma@gmail.com)

\*\*\*\*\*